## A MARAVILHOSA GRAÇA

**Texto Áureo** = “Porque o pecado não terá domínio sobre vós, pois não estais debaixo da lei, mas debaixo da graça.” (Rm 6.14)

**Verdade Prática** = Cristo Jesus é a graça divina manifestada em forma humana.

## LEITURA BIBLICA = Romanos 6.1-12

### O cristão e o poder do pecado (primeiro tema especial), 6.1-23

***1. Quanto à subdivisão de Rm 5–8.*** Foi bastante fácil perceber a estrutura dos primeiros quatro capítulos da carta aos romanos. Rm 5, em seguida, ampliou o panorama: pela fé não apenas acontece a virada salvadora, mas adicionalmente também a vida em realização plena! Porém, encontramos dificuldades para captar os pensamentos dos capítulos seguintes, Rm 6–8. “Não há como evidenciar um plano rigoroso” (U. Luz, pág 209). Possivelmente, o apóstolo está agindo de tal modo como se faz também hoje após uma palestra: quem tem uma pergunta para expor ao conferencista? Segue-se um diálogo.

É desse modo que Paulo talvez esteja abordando alegações que poderiam ser levantadas por leitores que refletem sobre o texto. Através de itens selecionados, ele defende e aprofunda o exposto até aqui. Depõe a favor dessa compreensão que determinados vocábulos se acumulam, o que acontece sempre de forma súbita, mas de igual maneira cedem claramente a um novo termo-chave. Em Rm 6.1-23; 7.1-25 e 8.1-30 trata-se de temas especiais (cf as respectivas opr aos mesmos). Um resumo, que retorna ao estilo de confissão de Rm 5.1-11, conclui a unidade da carta em Rm 8.31-39.

***2. Rm 6 como primeiro tema especial.*** A concordância terminológica revela à primeira vista que o capítulo se destaca por usar 17 vezes “pecado”, “pecar”. Paulo lança o alicerce para o tema “o cristão e o pecado”. Expõe-se à pergunta crítica: que será da justiça por meio da fé, se ela se defrontar com a realidade de que o pecado continua existindo? Afinal, será que aquilo que Paulo expôs até o momento tem algo a ver com a vida que se vive na prática? Acaso trata-se de mera interiorização ou até de acrobacia intelectual?

## a. Expatriados do reino do pecado – viver com Cristo para Deus, 6.1-11

Paulo desobstrui a dobradiça pela qual a fé movimenta vigorosamente a vida, para que aconteça de fato a melhoria do cotidiano. O caminho geralmente trilhado para isso seria a intensificação do imperativo.
Exacerba-se o “deves!”: ler mais a Bíblia, orar mais, confessar-se de modo mais criterioso, viver mais disciplinadamente, servir mais desinteressadamente! Acontece que em Paulo nunca estão ausentes os imperativos. Após o v. 11, p. ex., eles ocorrem em grande número. Contudo, quando está em jogo a verdadeira base de apoio para melhorar a vida, seguem-se dez versículos sem uma única exigência. Ao invés disso, começa uma *instrução jurídica.* Trata-se de uma compreensão mais abrangente da obra redentora de Cristo, a saber, de suas conseqüências legais.

Com a formulação “**Que diremos, pois?**” Paulo demonstra repetidas vezes que ele pressente uma objeção que paira no ar. Há pouco ele havia enaltecido em Rm 5.20b que: quanto maior o poder do pecado, tanto maior será ali o poder da graça! De imediato entra em funcionamento uma certa lógica: então, foi-nos dada uma alavanca para com nossas mãos movermos a graça, a saber, continuando a pecar.

**Permaneceremos no pecado, para que seja a graça mais abundante?** No singular “pecado” Paulo não pensa em atos isolados, e sim no pecado como poder (cf Rm 5.20b). Combina com isso o “permanecer”. Assim como se pode permanecer na esfera da bondade de Deus ou na esfera da descrença (Rm 11.22,32), assim também na área de poder do pecado. Ela eqüivale a um ente político, um império: v. 12,14,16,18,22. O interesse especial na questão é: trata-se de uma estrutura jurídica. O pecado governa *legalmente* sobre nós, pois o exercício do mal não apenas feriu nossa própria consciência, mas criou também relações de direito, estruturas do mal, nas quais agora é obrigatório viver.

Quem lança essa pergunta oblíqua? Em Rm 3.7,8 Paulo é acusado de forma muito semelhante por “caluniadores” de que por sua doutrina da graça ele estaria seduzindo para a prática do pecado. Será que agora Paulo está se voltando contra as mesmas pessoas? Não, aqui a situação é completamente outra.

Ele não liquida rapidamente a questão como lá, não fala em tom de reprovação, mas dirige-se, no estilo do “nós” e com minuciosos detalhes, ao próprio círculo. Também nos cristãos está latente a possibilidade de abusar da graça, de fazer do evangelho uma massa manipulável, cf Gl 5.13: “Irmãos, fostes chamados à liberdade; porém não useis da liberdade para dar ocasião à carne”.

Um voraz desejo egoísta pressente o ar matinal, avança para dentro do espaço de liberdade recém-recebido, e se produz nele grandiosamente. Decorrência: as condições morais numa comunidade tornam-se deploráveis. Não-cristãos às vezes pecam com mais dignidade que cristãos. A decorrência seguinte: por força das circunstâncias, a comunidade envereda pelo mais triste legalismo que existe.

Para esse “permaneceremos no pecado” o próximo versículo diz “viveremos ainda no pecado”: Organizar a vida novamente segundo o espírito, a mentalidade e o bel-prazer do pecado. Sequer temos o desejo de separar-nos desta atitude mental, gostaríamos de continuar pecando e detectamos no ensino de Paulo uma possibilidade de fazê-lo sem prejuízo. Afinal, temos agora a “graça” como escapatória. Testemunhamo-la comovidos, talvez até de modo comovente para outros, os quais seduzimos. Porém, dessa maneira acabamos apenas brincando com cascas de palavras. Quem gosta de pecar, nem está mais ciente de que Jesus está presente. Acaso o Senhor falou ao curado no tanque de Betesda: E agora continua pecando tranqüilamente? (Jo 5.14). Acaso disse à mulher adúltera, depois de lhe ter anunciado o perdão: Continua pecando sem problemas, pois agora terás sempre a mim? (Jo 8.11).

Paulo rejeita de duas maneiras a objeção do v. 1. Primeiramente, ressoa sua palavra de repulsa mais aguda: **De modo nenhum!** A essa idéia ele de forma alguma responde com “amém”. Contudo, à repulsa instintiva agrega-se seu argumento lógico: **nós os que para ele morremos.** Essa declaração perpassa todo o trecho como um fio condutor (v. 2,5,6,7,8,11). Se não compreendermos nada nesse ponto, o trecho todo não poderá causar impacto. Por isso é necessário decifrar com cuidado e detalhamento especial a metáfora recorrente em Paulo, referente a morrer espiritualmente.

É possível abordar o morrer de diversas maneiras. Para quem está morrendo e para seus familiares, o aspecto psicológico pode ocupar

o primeiro plano (despedida, dor, perda, luto). Porém Paulo nem sequer está pensando em algo triste. O médico que tem a tarefa de fornecer a certidão de óbito encara a morte sob o aspecto clínico. Paulo, no entanto, tem em mente as decorrências legais de um falecimento, o que se torna especialmente evidente em Rm 7.1-6. No exato segundo em que a morte acontece, cai por terra qualquer reivindicação diante do falecido. Ninguém pode exigir mais nada dele. Autoridade financeira, credor ou executor penal podem buscar algo somente dos vivos.

Os mortos escapam a todo sistema de compromissos. Em Jó 3.18,19: na morte "os presos juntamente repousam… e o servo fica livre de seu senhor" (RC). Morrer muda radicalmente a situação legal. Morrer é libertação. "Morremos para o pecado!" é um grito de liberdade.

Nos versículos subseqüentes o quadro é consideravelmente enriquecido: três das seis ocorrências enfatizam que *esse* morrer não constitui nenhum acontecimento solitário: "fomos unidos com ele na semelhança da *sua* (de Cristo!) morte" (v. 5), "foi crucificado *com ele* o nosso velho homem" (v. 6), "morremos *com* Cristo" (v. 8).

Como Cristo morreu na cruz, a conseqüência para a nossa participação na sua morte é que não podemos executar esse morrer em nós próprios. Tecnicamente e também como metáfora, a autocrucificação é impossível. Ninguém pode movimentar pessoalmente o martelo para afixar as próprias mãos na cruz. Mas há muitos fiéis que se contorcem dessa maneira a fim de morrerem para o pecado.

Seu objetivo é torturar-se por meio de severa autopunição, depreciando-se a si próprios, chorando, praticando ascese ou procedimentos especiais, dos quais acreditam obter efeitos mágicos. Ou se convencem amargamente que estão real e totalmente mortos para o pecado. No entanto, a questão é de mera intervenção externa. Ao aceitarmos na fé o Cristo anunciado, Deus não apenas aceitou nossa decisão, mas também fez algo. Ele nos "selou" pelo Espírito Santo.

Na Antigüidade costumava-se tatuar escravos recém-adquiridos com uma marca de propriedade (cf Rm 8.9b,14-16; 2Co 1.22; Ef 1.13; 4.30). Por meio da dádiva divina de pertencermos ao crucificado fomos legalmente expatriados do reino do pecado e transferidos para

a esfera de poder e bênção de Cristo. Uma nova órbita em torno de outro sol nos liberta para uma vida alternativa. “Andemos nós em novidade de vida” ou “servimos em novidade de espírito” (v. 4b; 7.6).

No entanto: somos nós os que “morremos”, o reino do pecado porém continua existindo. Suas estruturas nos cercam, como antes, de todos os lados. Mais ainda: o mal age como se fôssemos subordinados a ele. Ele se apresenta imponente diante de nós, para nos impressionar e acovardar. Ele nos assedia, a fim de extenuar a nossa fé, até que voltemos a funcionar como antigamente. Porém, cumpre oferecer resistência aqui mais do que nunca. Não temos mais nenhuma obrigação com esse sistema (Rm 8.12).

Mas, reiterando: o poder do pecado ainda está aí. Ele possui tanta força que nenhum fiel a Deus deveria brincar com ele. Em 1Co 10.12 lê-se: “Portanto, aquele que pensa que está de pé”, firme na fé como um abrigo antiaéreo, capaz de dar conta de qualquer tentação, p. ex., permitindo-se contemplar sorridente os quadros mais sujos, “é melhor ter cuidado para não cair” (BLH). No entanto, por maior que seja a força deste poder, ele não tem legitimidade. Suas demandas a nós são ilegais. Nosso Senhor legal é Cristo.

Retornemos agora à seqüência do pensamento. O que parecia ser a conclusão lógica no v. 1, examinado à luz do sol, desfaz-se em nada: **Como viveremos ainda no pecado**, já que ninguém pode viver duas vidas ao mesmo tempo! Paulo chegou a essa clareza quando iluminou da maneira mais completa as conseqüências legais da ação na cruz. Nos capítulos anteriores líamos: Cristo morreu *por nós*. Agora acrescenta-se: e nós morremos *com ele*.

Por se tratar do pensamento condutor de todo o trecho, conscientizamo-nos mais uma vez do lugar que este “morrer” tem na biografia de um ser humano. Paulo o martelou exaustivamente desde Rm 1.16: tudo na fé, pela fé, a partir da fé, para a fé! O texto de Rm 5.2 resumiu-o assim: ter acesso pela fé à graça integral. Quando chegamos a crer, Deus não nos dá primeiramente o dedo mindinho, a fim de conceder a totalidade somente como acréscimo, somente num tratamento especial. No momento central da experiência da salvação em Cristo, ele se doa pessoal e integralmente. Cumpre-se o que diz Jo 5.24: “Quem ouve a minha palavra e crê naquele que me enviou… passou da morte para a vida”.

Para reforçar o afirmado, a saber, que eles estão “mortos”, Paulo lhes apresenta como “certidão de óbito” (J. A. Bengel) o seu batismo. Inicialmente, ele confere o entendimento de batismo que ele pode pressupor: **Ou, porventura, ignorais que todos nós que fomos batizados em Cristo Jesus fomos batizados na sua morte?** A pergunta tem uma formulação meramente retórica. Também na distante Roma, onde ele próprio não havia atuado, isso era parte integrante do saber básico cristão. Todavia, é possível que o saber escape da consideração, a ponto de não significar mais nada para nós. Então será matéria morta que precisa ser novamente interiorizada.

Analisemos um a um os elementos do v. 3. Todos “fomos batizados”, não se batizaram a si próprios. Essa forma passiva não era uma evolução natural para um movimento que surgiu do judaísmo. Um judeu fiel à lei era obrigado a tomar banhos de imersão em numerosas ocasiões, nos quais ele próprio mergulhava o corpo todo na água. Essa “lavagem” ritual restabelecia sua capacidade de prestar culto a Deus, p. ex., após contaminação com lepra, fluxos genitais, contato com cadáveres ou túmulos. O primeiro dessas longas séries de “batismos” em sua vida adquiriu naturalmente uma solenidade especial. P. ex., para gentios dispostos a passar para o judaísmo, desenvolveu-se mais tarde o chamado “batismo de prosélitos” (realizada no homem após sua circuncisão). Como se tratava simbolicamente de lavagem, resultavam três características para sua realização:

• Ao lavar-se a si própria, a pessoa batizava-se a si mesma.
• Por isso, a pessoa também o fazia despida, e
• Realizava-o não em reunião pública, mas diante de duas ou três testemunhas.

O batismo cristão se diferenciava desse rito tanto no sentido quanto na forma de execução. Ela se derivava do batismo de João. Lá vigoravam outras circunstâncias:

• *Todas* as pessoas dispostas a arrepender-se, também judeus, apesar de seus ritos de lavagens, submetiam-se a esse batismo.

• Permitiam que João o realizasse neles. Esse aspecto destacava-se de forma tão marcante que João entrou na história com o cognome “Batista”.
• Como se deixou para trás a figura da lavagem, ficou eliminada também qualquer repetição.

• Da mesma forma caiu por terra a característica de uma ação em recinto restrito. João batizava publicamente no rio Jordão.

Era com essas coordenadas que também os primeiros cristãos executavam a cerimônia. A forma passiva "*ser* batizado", que é mantida consistentemente pelo NT, explica-se, portanto, a partir do contraste com os ritos de lavagem judaicos. Nessa forma verbal de modo algum reside uma indicação velada para o agir salutar de Deus no batismo (*passivum divinum*). João já tinha rejeitado com veemência a expectativa de que Deus ou Cristo fosse o verdadeiro sujeito do batismo na água, e o NT transmitiu essa frase com cuidado. Além disso, as pessoas batizadas eram extremamente ativas de outra maneira: Elas "vinham" ao batismo, "arrependiam-se", "davam razão a Deus", "confessavam seus pecados", não "desprezavam" a deliberação salvadora de Deus, mas passavam a andar espontaneamente no caminho dele.

Apesar de toda plasticidade, o batismo, como qualquer ato, é mudo e, por isso, também sujeito a equívocos. À semelhança da Santa Ceia, ele carece da palavra de interpretação. Para o batismo surge, nesse sentido, aqui e em quase todo o NT, a preposição "em direção de..." (no grego *eis*). Portanto, faz parte de cada batismo uma referência sobre a finalidade com que acontece. "Em direção do que (*eis ti*), pois, fostes batizados?" De João, de Jesus, de Moisés ou de Paulo?

A referência de um batismo cristão é, com algumas variações, com toda a clareza: em relação a Cristo Jesus. Imediatamente, Paulo aguça a afirmação em vista do que é decisivo: fomos batizados sobre (*eis*) sua morte na cruz. O auge de sua vida estava, segundo a vontade de Deus, no seu morrer pelos pecados do mundo. Todos os quatro evangelhos culminam na história da Paixão. Sem essa morte expiatória ele sequer seria o Cristo, de modo que ele era proclamado essencialmente como o Crucificado (1Co 2.2).

Ouvintes que aceitavam essa palavra do juízo e da graça clamavam ao Senhor na fé e deixavam-se batizar sobre ele, sobre a sua morte. Por meio desse ato tornavam pública sua relação com o Senhor. Ela, no entanto, sempre também será uma relação com a igreja dele. Não é insignificante que o batismo era realizado por um representante da comunidade. Assim, tudo está integrado nessa questão: um só Senhor, uma só fé, um só batismo, um só corpo e um só Espírito (Ef

4.4,5). A partir de agora, está descartada a devoção particular descompromissada.

Paulo passa a tirar proveito, para o seu raciocínio, desse consenso da igreja primitiva sobre o batismo. Ele conclui: **Fomos, pois, sepultados com ele na morte pelo batismo**. A formulação “na morte” significa naturalmente, como no versículo anterior “sobre a morte *de Cristo*‖. No batismo, afinal, não fomos nós próprios mortos ou afogados. Expressamente consta: Fomos “sepultados junto com ele”. O “sepultados junto com” liga-se diretamente à última palavra do v. 3. Os dois termos aparecem, dessa forma, como que encaixados um no outro: “batizados–sepultados com”. Ser batizado é idêntico ao ser sepultado junto com. Batismo é sepultamento. Diante do morrer, o sepultamento tem um sentido diferente que pode muito bem ser discernido. O ato não muda mais nada no estado do falecido.

Não acrescenta nada à sua condição de morto, não a intensifica. O falecido não se torna mais morto ainda. O sepultamento encontra-se num nível diferente. Ele atinge a influência do falecido. Torna incontestável a realidade de sua morte. Uma cerimônia fúnebre tem função demonstrativa perante o mundo envolvente. Transforma o falecimento num fato público impossível de ignorar, constituindo assim um processo legal. É o que ocorre aqui: o batismo atesta “oficialmente” o fato de termos morrido com Cristo. Em decorrência, essa consideração marginal do batismo carregou, com a clareza desejável, um apoio ao objetivo de Paulo expresso no v. 2.

Quanto ao estar sepultado com: na Antigüidade, eram bem conhecidas sepulturas duplas. Cônjuges, mas também pai e filho, mãe e filha ou também irmãos eram depositados numa sepultura conjunta – expressão de uma solidariedade válida ainda para além da morte. Para o que se segue, essa circunstância exerce um papel importante.

O v. 4b traz uma frase com um “para que”. Ela aponta para a condução da vida depois do batismo. Sobre a condição de “estar sepultado com” paira uma intenção divina: **para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também andemos nós em novidade de vida.** Nessa sepultura para dois governa, do mesmo modo como na sepultura de Jesus diante de Jerusalém, não a decomposição, mas sim a promessa. À comunhão na morte e na sepultura segue-se também uma correlação na ressurreição. É verdade que Paulo encerra de forma inesperada a

frase de correlação, sim, ele a dobra. Nós esperaríamos: como Cristo foi erguido da sepultura para a glória do Pai, do mesmo modo nós também seremos glorificados após o batismo. Contudo, para nós o caminho depois do batismo não é diretamente para a perfeição e verticalmente para o céu, onde está entronizado Cristo, mas nosso caminho segue para dentro do serviço nesse mundo, que ainda está marcado pela decomposição, humildade e precariedade (1Co 15.42,43).

Porém, guardada esta restrição, está valendo essa equação incrível: como Cristo, nós agora podemos levar uma vida na novidade! De acordo com a singela afirmação do versículo, participa-se da experiência de forças da sua ressurreição, da Páscoa que transborda incessantemente, de ser diuturnamente renovado, para tornar a ser capaz de corresponder a Deus, de viver, de servir e de sofrer.

Nos v. 2-4 foi dito o elementar sobre a alegação do v. 1. Para consolidá-lo, Paulo passa a repeti-lo com uma amplitude marcante. Em duas retomadas, nos v. 5-7 e 8-10, ele martela incansavelmente com a lógica da fé: Se – então! Nossa exegese abordará de agora em diante tão somente detalhes que são adicionados nos versículos seguintes.

No v. 5, Paulo formula nossa comunhão com o Cristo morto numa nova figura, retirada do âmbito dos organismos. **Porque, se fomos unidos com ele na semelhança da sua morte, certamente, o seremos também na semelhança da sua ressurreição.** O "certamente" indica no que Paulo está pensando mais intensamente agora, em comparação com os v. 2-4. Ali seu interesse era o efeito da separação ("já morremos para o pecado" [BLH], v. 2), de agora em diante será cada vez mais o efeito positivo, culminando em "viver para Deus" (v. 10,11).

Continuamente Paulo apela para o "saber, crer, conhecer" dos cristãos em Roma, como já no v. 3, agora no v. 6, e depois novamente nos v. 8,9. Assim, ele pleiteia pela confiança deles, visando não por último o seu projeto de engajá-los em sua missão à Espanha (cf qi *4*). Não quer que se sintam como que pressionados a aceitar algo estranho.

Afinal, ele "traz à memória" nada mais que assuntos conhecidos (Rm 15.15). Porém, é impressionante o que ele lhes atribui que saibam realmente! Que apreendam as conseqüências legais da morte de seu

Senhor para todos os que crêem, na sua extensão, amplitude e profundidade. **Sabendo isto: que foi crucificado com ele** (Cristo) **o nosso velho homem, para que o corpo do pecado seja** (legalmente) **destruído, e não sirvamos o pecado como escravos; porquanto quem morreu está** (na forma da lei) **justificado** (livre) **do pecado.**
No lugar da expressão “nosso velho homem” entra a fala do corpo do pecado. Nessa locução, corpo não designa especificamente o corpo humano, que como tal não está “destruído”, mas, segundo a compreensão bíblica, refere-se ao homem todo, assim como vive e convive, com tudo o que entrementes causou e alcançou, ao que também não pode esquivar-se mais.

Uma nova repetição consolida os objetivos fundamentais da unidade. É a última linha que mostrará o ponto em que Paulo finalmente pretende chegar, a nova qualidade de vida que Cristo trouxe à luz. **Ora, se já morremos com Cristo, cremos que também com ele viveremos, sabedores de que, havendo Cristo ressuscitado dentre os mortos, já não morre; a morte já não tem domínio sobre ele. Pois, quanto a ter morrido, de uma vez para sempre morreu para o pecado; mas, quanto a viver, vive para Deus.** O marcante “morreu para o pecado de uma vez para sempre” tinha uma razão de ser.

Naquele tempo fortaleciam-se tendências religiosas que propagavam experiências de redenção com vocábulos em grande parte semelhantes aos usados aqui, mas que tinham um sentido muito diferente. Elas partiam de impressionantes experiências na natureza, p. ex., o maravilhoso retorno da vida na primavera. O reiterado morrer e reviver da natureza foi potencializado, formando um mito de morte e ressurreição, e reproduzido como experiência mediante um rico ritual.

Muitas pessoas em busca de apoio descobriam-se assim como sendo compreendidas nos altos e baixos de sua existência. Contudo, Paulo não queria de maneira alguma ser enquadrado nesses grupos, quando falava como eles, segundo o presente trecho, de “morrer” e “ressurgir”. Sua mensagem constituía, em concordância com toda a primeira cristandade, notícia de um acontecimento axial como nunca houve antes e jamais haveria depois. Essa notícia fala do auto-sacrifício de Deus em seu Filho Jesus Cristo.

Esse “de uma vez para sempre”, portanto, era diametralmente oposto ao pensamento cíclico das referidas religiões e demandava ser sempre de novo enfatizado. Com a mesma vigilância nós temos de cuidar hoje da penetração de sabedorias da religiosidade natural. Podem até ser convincentes, mas não conduzem para fora do círculo vicioso de esperanças continuamente despertadas e constantemente frustradas.

À anulação, por um ato único, do poder do pecado pelo morrer de Jesus contrapõe-se agora a situação radicalmente nova de seu viver como Ressuscitado. É vida não turbada, plena de luz, transbordante, singularmente determinada pelo I Mandamento e pelas primeiras preces do Pai-Nosso: vida para Deus. Está em vigor enquanto realidade plenamente saturada. Constitui a real garantia da existência cristã nesse mundo, resistente contra tudo que se lhe opõe e que possa ser alegado: Cristo não morre mais!

Por mais coisas que ainda possam faltar à comunidade – e lhe faltam muitas coisas – e por mais longe que ela possa ser levada ao retrocesso, uma verdade permanece: Cristo vive, e “seremos salvos pela *sua vida*” (Rm 5.10).

Depois de dez versículos com definições de posição ressoa pela primeira vez um imperativo de exortação. **Assim também vós considerai-vos** (compreendei-vos) (num julgamento de fé) **mortos para o pecado, mas vivos para Deus, em Cristo Jesus**.

A conhecida tradução “considerai-vos” poderia lembrar aos leitores de hoje o treinamento auto-sugestivo: convencer-se concentradamente de ser algo que não é, até que seja. Em outras palavras: tirar proveito do poder de pensamentos positivos. O termo que aqui vertemos para “compreender”, no entanto, refere-se menos a um raciocínio criativo e muito mais ao pensamento obediente.

Paulo espera que sua “aula de direito” tenha sido ouvida e refletida conjuntamente, que os leitores se deixaram convencer por essa lógica em todas as suas correlações e agora a deixem vigorar, com toda a tranqüilidade e dimensão. Nosso título tenta resumi-la assim: “Expatriados do reino do pecado – viver com Cristo para Deus”. Porque com Cristo, por isso também para Deus (cf v. 10b). É a essa concepção de vida que Paulo retornará em Rm 12.1,2, passando a desdobrá-la ali paradigmaticamente em suas ramificações.

## b. Instrução fundamental na condição e responsabilidade do cristão, 6.12-14

Não reine, portanto, o pecado em vosso corpo mortal, de maneira que obedeçais
Após dez versículos no estilo de “nós”, Paulo havia iniciado em Rm 6.11 com o “vós” exortativo. Esse tom é continuado agora enfaticamente. Cabe contrapor-se a falsas conclusões: cristãos por certo “morreram para o pecado”, “cresceram em comunhão com Cristo”, a fim de “viver para Deus”, contudo essa verdade não transforma sua existência terrena num leito celestial, mas antes num campo de luta.

Primeiramente cumpre dominar a mudança nas condições legais e de poder. **Não reine, portanto, o pecado.** “Não seja” possui aqui o significado de: não pode mais. Onde Cristo é Senhor, o poder do pecado tornou-se ilegal (Rm 6.7). Deus lhe deu o “cartão vermelho”. O pecado, porém, retorna sorrateiramente ao “campo”.

Em 7.8-11, Paulo descreverá a sua insídia. É **em vosso corpo mortal** que ele quer se exercitar. O conceito “corpo” será abordado exaustivamente no texto sobre Rm 12.1b. Sem dúvida fazem parte dele nossas necessidades físicas como comer e beber, impulso sexual, proteção diante de frio ou calor, exigência de descanso ou movimentação etc. Tudo isso, porém, não pode ser dissociado de nossa atividade espiritual, intelectual, familiar, social, cultural e política.

É esse corpo que Paulo caracteriza como mortal. Como todas as coisas criadas, ele é transitório, o que no entanto não o declara de antemão como pecaminoso. Ef 5.29 pressupõe que cristãos “alimentam e cuidam” de seu corpo, i. é, respeitam suas necessidades, não desejam que se afastem como algo maligno (“odiar”). O pecado se opõe ao corpo como algo visivelmente diferente dele. Mas ele visa apoderar-se do corpo, tentar intensificar seu impulso natural de vida, concedido por Deus, para torná-lo uma obsessão e algo independente. O pecado visa posicionar as carências que em si são normais e necessárias numa ordem diferente, de maneira que sua realização não sirva mais ao ser humano, mas o domine como senhor e o escravize: **de maneira que obedeçais às suas paixões**.

O termo “obedecer” deriva-se no grego [como no alemão e nas línguas latinas] de “ouvir”. Disso pode formar-se a idéia de ouvir atentamente: Ou seja, obedecer é não subtrair-se ao que se ouviu, mas permanecer debaixo de seu som, enfim, confiando e seguindo a palavra. Na verdade o uso que fazemos da palavra também pode ser inexpressivo: um equipamento “obedece” ao toque de uma tecla, um animal “obedece” a seu instinto. Nesses casos, aquele que “obedece”, porém, não tem nada a ouvir, a acreditar e a querer, mas reage só a impulsos.

Entretanto, o que no aparelho e no animal fica desligado, no cristão está ligado. Cristãos, p. ex., não fazem o que é correto por orientação do instinto. Não é verdade que eles não são capazes de pensar e fazer nada além do bem. São capazes de agir de maneira diferente, sim. De fato, cabe-lhes, precisamente a eles, que tenham um propósito. É justamente para cristãos que entra em campo a responsabilidade humana.

A idéia da responsabilidade ressalta com maior intensidade quando Paulo agora substitui a figura do serviço de escravo pela do serviço militar. Ao mesmo tempo ele não fala do corpo, e sim dos **membros**, ou seja, das diversas concretizações da vida.

A Bíblia menciona nossos membros sempre quando se trata de designar o ser humano ativo, e por isso também o ser humano concreto. Por meio da mão, do pé e do olho nós nos realizamos e mostramos quem somos na realidade e o que vai dentro do nosso coração (Mc 9.43-47).

Para que o senhorio do pecado não retorne pela porta vulnerável do “corpo” e com ajuda de nossas ações, há uma dupla exigência, uma negativa e outra afirmativa. Primeiro a negativa: **nem ofereçais** (“colocar à disposição como armas”) **cada um os membros do seu corpo ao pecado, como instrumentos de iniqüidade.** Não levem suas “armas” ao campo do inimigo! Continuando a ilustração: o inimigo convidou para desertarmos para o lado dele. Em todo caso, Paulo pressupõe uma situação de decisão.
Se esse convite não for respondido com um não inequívoco, não haverá sucesso no sim para Deus, mas só um nefasto “sim-não”. É disso que Paulo tenta prevenir seus leitores. Depois desse negar-se segue em segundo lugar (v. 13b) o igualmente concreto colocar-se à disposição de Deus. Portanto, não basta ficar à espreita para ver o

que acontece por si só! Quem crê, coloca-se à disposição para a luta, pois ações representam armas.

A luta é em prol da incumbência de, a partir do recebimento da justiça por fé, lutar também pela justiça da vida no cotidiano. O que Paulo tem em mente é mostrado, p. ex., pela série de "instruções de execução" em Rm 12.9-21, que Paulo resume conclusivamente assim: "Não deixem que o mal vença vocês, mas vençam o mal com o bem" (BLH). Por nosso intermédio, algo do mundo obediente a Deus e justo deve tornar-se visível. A formulação "**como ressurretos dentre os mortos**" confere à afirmação uma característica de pendência. Existe uma diferença entre a vida de ressuscitado do próprio Senhor e a vida dos seus. "Seremos semelhantes a ele", mas ainda não o somos (1Jo 3.2). Ainda precisamos esperar, gemendo pela redenção do nosso corpo (Rm 8.11,22,23). Esse "ainda não" é admitido de forma sóbria e honesta.

Os cristãos, tão rigorosamente chamados à obediência, estão preservados na supremacia da graça (Rm 5.20). À semelhança de Gl 5.16, segue-se uma promessa sem restrições: **Porque o pecado não terá domínio sobre vós; pois não estais debaixo da lei, e sim da graça**. Ordens à revelia dessa graça, i. é, ordens sem misericórdia, seriam absurdas. Por mais severas que viessem a ser essas ordens, tanto mais sagaz e conseqüentemente mais poderoso se revelaria o pecado. É somente sob a ordem da graça que a vida obtém êxito. É somente entre pessoas livres que o imperativo tem sentido.

### c. Vida sob o senhorio de Jesus Cristo como presente de liberdade, 6.15-23

A partir do v. 15, Paulo admite pela segunda vez uma objeção contra sua doutrina da graça. Como já fez no v. 1, ele não responde a esmo, genericamente, mas fala com insistência para dentro do âmbito cristão (cf o comentário sobre aquele versículo). Enquanto no primeiro caso Paulo aduziu na argumentação a realidade da *comunhão* com Cristo, agora ele torna frutífero para o debate o que o *senhorio* do Cristo significa para nós.

**E daí?** Há pouco ouviu-se novamente o louvor da graça (v. 14). Que significa isso para nosso agir prático? **Havemos de pecar porque não estamos debaixo da lei, e sim da graça?** O pressuposto dessa pergunta talvez seja também uma preocupação sincera: Afinal, é viável isso, viver unicamente com a graça?

Há um anseio pela lei devido ao medo diante da possibilidade de pecar. Contudo, para Paulo, é inconcebível qualquer retorno debaixo da lei (Gl 5.3,4). **De modo nenhum!** Ele passa a dar uma lição sobre o poder da graça.

**Não sabeis**. Os leitores conhecem o antigo sistema do escravismo. **Que daquele a quem** (cada vez) **vos ofereceis como servos** (escravos) **para obediência, desse mesmo a quem obedeceis sois servos** (escravos).

O adendo “a quem obedeceis” confirma mais uma vez o que naquele tempo estava claro para todos: submissão faz parte da estrutura da instituição da escravidão. Todo o resto é teoria. Um escravo, sonhando acordado, podia esquecer por um momento esse elemento de sua constituição existencial, porém logo que abrisse os olhos, a realidade se impunha pesadamente. Também uma troca de proprietário, da qual o escravo talvez tenha esperado uma melhora de suas condições, jamais acabava com a sujeição de escravo.

Paulo passa da metáfora para o concreto. Pensa no ato de tornar-se cristão. Nele também acontece uma troca de senhores, mas também nesse caso persiste um “serviço de escravo”, **seja do pecado para a morte ou da obediência para a justiça**. A alternativa, portanto, não é: servir ou não servir ao pecado, mas tão somente servir ao pecado ou servir ao novo Senhor. Não existe uma terceira opção, a saber: não pecar e tampouco servir a Cristo. Sem ingressar na constituição existencial da justiça, erigida por Cristo, e se colocar à disposição dela, pecar seria uma atividade contínua, por maior que fosse o volume de leis. Porém, quando uma pessoa pertence à justiça, a justiça também possui um poder compromissivo. “Fui conquistado por Cristo Jesus” (Fp 3.12).

Para os leitores essa mudança tinha se realizado. **Mas graças** (sejam dadas) **a Deus porque, outrora, escravos do pecado**. Na Europa [e no Brasil] de hoje, para muitas pessoas ser cristão não é mais um presente que experimentaram (“graças a Deus!”), mas sim uma espécie de fato óbvio. Entre os romanos, porém, Paulo pode constatar recordações vivas do começo de sua vida cristã. **Viestes a obedecer de coração à forma** (configuradora) **de doutrina a que fostes entregues.** Nessa declaração confluem dois elementos.

De um lado, eles próprios participaram com o coração (cf Rm 10.9,10), sem serem forçados, de livre vontade, e de outro, eles eram

receptores de um acontecimento. Como pessoas a serem instruídas num ofício, os romanos foram entregues aos cuidados da doutrina. Enquanto em Rm 16.17 Paulo fala da "doutrina que aprendestes (ativamente!)", aqui ele ressalta o que aconteceu com eles naquela mudança, que se deu no contexto do novo poder compromissivo e formativo da nova filiação. Daí também a expressão: forma (configuradora) da doutrina.

O termo grego *typos* é oriundo de *typto*, "bater": numa pedra, num metal ou em outro material são martelados ou talhados sinais. O resultado constitui um *typos*, algo gravado, que por sua vez pode ser utilizado como um carimbo, como, p. ex., uma forma configurada para cunhar moedas. É esse o motivo de traduzirmos "forma configuradora da doutrina".

Ao que parece, Paulo imagina esse ser cunhado pela doutrina como um processo extenso. Em decorrência, não é satisfatória a explicação de que se deva pensar, aqui, num ato ritual de um culto determinado, p. ex., no compromisso com um texto confessional. Dificilmente "doutrina" (*didaché*) seria um breve texto de confissão. Recitar um texto tampouco preenche o significado do verbo configurar.

Antes caberia recordar Mt 28.19,20: "Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado". Jesus legou aos discípulos uma concepção integral para a vida, uma orientação determinante para uma vida alternativa. É ela, acima de tudo, que constitui a matéria de ensino, combinada com fundamentações da Escritura (AT).

Gravemos, pois: vir a crer não é apenas um ato de entusiasmo, não se esgota na condição interior. Pelo contrário, ao pregador é dirigida a pergunta: Que devemos fazer? Até agora nosso agir foi nefastamente errado, dá-nos orientação prática a partir Cristo! Ao crer, dispomo-nos a um processo de aprendizagem. Paulo era capaz de escrever aos efésios: "aprendestes a Cristo" (Ef 4.20). Ele tinha vontade de repetir o ensino mais uma vez com os gálatas, "até ser Cristo (novamente) *formado* em vós" (Gl 4.19).

Continuando numa linguagem fortemente metafórica, Paulo fala da troca do "escravocrata": **uma vez libertados do pecado, fostes feitos servos** ("feitos escravos") **da justiça.** Na verdade, é

insuportável falar de uma “escravização” pela justiça. Esse uso impróprio de alguns termos nos versículos subseqüentes foi identificado na nossa tradução por meio de aspas.

Paulo pede escusas por essa forma de falar, mas também justifica seu procedimento, no v. 19a: **Falo como homem, por causa da fraqueza da vossa carne**, i. é, por causa da fraqueza humana, que com demasiada facilidade entende as coisas equivocadamente. Em última análise, o que está em jogo é: quem confessou com todas as letras que Jesus se tornou seu Senhor, agora queira também portar-se de acordo com essa realidade, não a reprimindo posteriormente, a fim de esquivar-se.

A comparação deve ser traçada com toda a nitidez e rigor: **Assim como oferecestes os vossos membros para a escravidão da impureza e da maldade para a maldade, assim oferecei, agora, os vossos membros para servirem** (“como escravos”) **à justiça para a santificação.** A conversão dos romanos criou para eles um novo “agora” (cf também os v. 21,22). “Agora” é condizente com o tempo que estejam exclusivamente a serviço de Cristo.

Em Rm 14.1-9, Paulo investiga uma existência destas em todas as suas ramificações. Oito exemplos demonstram a envergadura de uma vida para Cristo: “comer, beber, ser fraco, ser forte, estar de pé, cair, viver e morrer para o Senhor”. Tudo isso Paulo resume aqui e no v. 22 no conceito da santificação.

Até aqui Paulo argumentou com a “igualdade” entre serviço ao pecado e serviço à justiça. Nos versículos restantes, ele dirige a atenção para a diferença incomum entre as duas relações de serviço. Para isso, ele indaga sobre o fruto do tempo antes de os romanos serem cristãos. **Porque, quando éreis escravos do pecado, estáveis isentos** (“livres”) **em relação à justiça. Naquele tempo, que resultados colhestes?** Fora da justiça só se pode falar ironicamente de “livres”. Nessa condição, também o “resultado” torna-se um contra-senso.

Amargamente envergonhados, contemplam, do “agora”, o “naquele tempo”: Apesar de toda a empáfia de liberdade (Rm 1.30: “soberbos, presunçosos”), não deixava de ser uma liberdade aterradora que produzia frutos podres. **Somente as coisas** – que enchem catálogos de vícios como em Rm 1.29-32; 3.10-17 ou 13.13 – **de que, agora,**

**vos envergonhais; porque o fim delas** (dessas coisas) **é morte.** Jaziam diante deles como um campo de ossadas os anos que, naquele tempo, eventualmente até tinham lhes trazido alegria (Rm 1.32). **Agora, porém, libertados do pecado, transformados em servos** ("escravos") **de Deus, tendes o vosso fruto para a santificação e, por fim, a vida eterna.**

No resumo didático, Paulo abandona a metáfora do escravo e volta a aludir ao sistema militar, como já fizera no v. 13. O pecado aparece agora como um líder de mercenários, que paga o soldo a seus homens após a expedição. **Porque o salário** (soldo) **do pecado é a morte.** A Bíblia também conhece o morrer como condição natural de sermos humanos.

Aqui, no entanto, fala-se, como em Rm 1.32; 5.12, da morte por força de julgamento. Não somente havemos de morrer, nós *merecemos* morrer. Porque o pecado destrói o relacionamento com o Deus da vida, a linha de produção dele precisa ser diretamente a morte. A morte sempre já está incluída em toda a avidez pela vida (1Co 15.32b). O pecado está grávido da morte (Tg 4.15). Contrastando com essa perspectiva sombria, o final agora é dado por uma frase plena de luz: **mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, nosso Senhor**.

**COMENTÁRIO ESPERANÇA = Adolf Pohl = Editora Evangélica Esperança**

## A MARAVILHOSA GRAÇA

**TEXTO ÁUREO =** "Portanto, se já ressuscitastes com Cristo, buscai as coisas que são de cima, onde Cristo está assentado à destra de Deus" (Cl 3.1).

**VERDADE PRÁTICA =** Não devemos abusar da infinita bondade de Deus mediante a desculpa de que, quanto maior o pecado, maior será a graça divina.

**LEITURA BÍBLICA EM CLASSE = Romanos 6.1-14.**

## INTRODUÇÃO

Até aqui temos visto que o homem é salvo pela graça de Deus, sem as obras da lei. O capítulo 6 de Romanos mostra que a vida cristã requer santidade e um coração puro. A graça não significa que o cristão esteja isento de suas responsabilidades diante de Deus, da Igreja e da sociedade. Há incompatibilidade entre o cristão e o pecado. Esse é o tema desta lição.

## I. CORRIGINDO UM MAL-ENTENDIDO

Depois de haver demonstrado que a salvação dos gentios e judeus dá-se unicamente pela fé, por meio de Jesus Cristo, agora surge uma dificuldade gerada por uma interpretação errônea.

**1. O duplo problema.** Se a salvação é pela fé, então cada um pode fazer o que quer e andar como quiser? Se a lei não salva, temos algum compromisso com ela? A dificuldade era dupla, porque havia os que se interessavam por essa interpretação distorcida (Jd v.4). Por outro lado, os que entendiam o ensino paulino dessa forma o condenavam. Haja vista os judeus (Rm 3.8). Mais adiante, o apóstolo defende-se dessa acusação (v.31).

**2. A preocupação do apóstolo.** A preocupação de Paulo não era somente evitar o mal-entendido dos seus leitores, mas também defender-se dos que o interpretavam de maneira errônea. O apóstolo via nisso o risco de o Cristianismo cair no antinomianismo, que é libertinagem. A preposição grega anti, significa “contra”, e o substantivo nomos, “lei, norma”. A partir daí o apóstolo dos gentios faz uma exposição mostrando, provando e justificando ser incompatível com o espírito do evangelho de Cristo o crente viver em pecado.

**3. A doutrina de Paulo**. Convém lembrar que a Epístola aos Romanos não é fruto do acaso, nem o apóstolo a ditou de improviso conforme as ideias lhe iam surgindo (Rm 16.22).

Essa carta representa o que Paulo vivia. Ele respirava essas coisas. São frutos de muitos anos de experiências com Deus. Ele pregava essa doutrina em todas as igrejas (At 21.21). E, inspirado pelo Espírito Santo, escreveu essas mesmas coisas aos romanos.

## II. A INCOMPATIBILIDADE DO CRISTÃO COM O PECADO

**1. Origem das perguntas.** As perguntas do apóstolo nos versículos 1 e 2 são diretamente em decorrência dos versículos 20 e 21 do capítulo anterior: "... onde o pecado abundou, superabundou a graça".
Paulo esclarece que isso não significa que devamos pecar e continuar a pecar para recebermos mais graça. Essas perguntas são o ponto de partida para esclarecer a necessidade de santificação dos crentes, para que ninguém venha confundir a graça de Deus com abuso da liberdade cristã.

**2. Romanos 5.12-19.** Nesse texto, o apóstolo traça um paralelo entre Adão e Cristo, mostrando que toda a humanidade está unificada em Adão e em Cristo.
Por causa da transgressão de Adão, todos os homens tomaram-se pecadores, e por isso a morte passou a todos os homens. Mas em virtude da justiça de Cristo, Deus coloca gratuitamente, pela fé em Jesus, a salvação à disposição de toda a raça humana.

**3. O paralelo exato.** O apóstolo afirma que, com a promulgação da lei, abundou o pecado. A condição humana piorou ao invés de melhorar. Até que veio o Salvador e então "superabundou a graça". No v.21, Paulo apresenta um paralelo exato com relação à graça: "Para que, assim como o pecado reinou na morte, também a graça reinasse pela justiça para a vida eterna, por Jesus Cristo, nosso Senhor".

**4. O significado de Romanos 5.20.** Isso não significa que o cristão deve aprofundar-se no pecado esperando obter maior graça. Mas, assim como o pecado reinou com domínio total sobre o homem, Deus quis que sua graça dominasse, por meio da justiça de Cristo, produzindo vida abundante, no povo salvo.

## III. MORTO PARA O PECADO

Morto para o pecado não significa que o pecado, no cristão, tenha sido zerado. Isso seria perfeição absoluta. Vejamos o que Paulo ensina a respeito.

**1. "Morto para o pecado" (v.2).** Essa fraseologia era muito comum entre judeus, gregos e romanos. Para esses povos, "morrer" para uma pessoa, ou coisa, significava separar-se totalmente, não ter mais nada com a situação anterior.

Isso significa que o novo nascimento é o divisor de águas entre o velho homem e a nova vida em Cristo.  Não temos mais nada com o mundo; agora vivemos para Cristo (Cl 3.3-5). Como pode alguém estar morto para o pecado e, ao mesmo tempo, continuar a viver nele? Não é possível o cristão viver do mesmo modo que vivia antes de conhecer Jesus.

**2. O velho homem crucificado (v.6a).** Não confundir com Gálatas 5.24: "E os que são de Cristo crucificaram a carne com as suas paixões e concupiscências", pois, no v.6, o apóstolo fala de algo que já nos aconteceu, enquanto que, em Gálatas, ele fala de algo que acontece com todos os que são crucificados com Cristo. A primeira (v.6a) fala de morte definitiva, legal — cravado, abolido legalmente —, e é algo passado; enquanto que a segunda diz respeito à morte moral, que é contínua, repetitiva. Essa morte espiritual do cristão, com respeito à santidade, é morte para o pecado; e a de Gálatas 5.24 é a mortificação do "eu".

**3. Desfeito o corpo do pecado (v.6b).** Essa expressão, usada pelo apóstolo, denota a natureza pecaminosa que se exterioriza por meio do corpo. O pecado foi abolido legalmente na morte de Cristo, e com Ele, morremos (2Co 5.14). Diante disso não há como servir a um tirano destronado nem obedecer a um sistema caído.

A palavra grega para "desfeito" tem o sentido de "vencido, dominado" e não destruído. A expressão: "A fim de que não sirvamos mais ao pecado", assinala o propósito de tudo isso. Ou seja: devemos servir unicamente a Cristo, que é o nosso Senhor.

**4. A morte liberta o homem de suas obrigações (v.7).** "Porque aquele que está morto está justificado do pecado". Não se pode aplicar uma sentença a um morto. Por conseguinte, nosso compromisso com o pecado se foi quando morremos com Cristo. Por isso, estamos libertos do reino do pecado. "Justificado", aqui, diz respeito à libertação do poder do pecado.

## IV. VIVO PARA CRISTO

**1. A ilustração do batismo (vv.4,5).** Paulo ilustra essa situação na prática do batismo, pois os cristãos de então tinham essa experiência (Mt 28.19; At 2.38). Era, portanto, fácil compreender a ilustração do batismo. Essa passagem mostra, com muita clareza, que o batismo é

por imersão, como o próprio verbo grego baptizo sugere: “mergulhar, imergir”, o oposto de aspergir.

**2. Nossa identidade com Cristo (vv.8-11).** Leia mais uma vez os versículos 4 e 5, e veja a analogia que o apóstolo faz. “Sepultados com ele pelo batismo na morte” significa que estamos identificados com Cristo na sua morte.
Da mesma maneira, fomos ressuscitados com ele na sua ressurreição (vv.9,10). Diante disso, vem a conclusão: “Considerai-vos como mortos para o pecado; mas vivos para Deus, em Cristo Jesus nosso Senhor” (v.11).

**3. Santificação (v.11).** “Vivo para Deus” significa viver em santidade. A santificação é um dos aspectos da salvação, bem como a justificação e regeneração (1Co 6.11; Tt 3.5-7). O termo original grego, hagiasmos, “santificação”, significa “separar do mundo, apartar-se do pecado, consagrar”.

**4. Agora devemos dominar o pecado (vv.12-14).** A salvação pela graça traz como resultado a santificação (1Co 6.11). “Não reine, portanto, o pecado em vosso corpo mortal” (v.12), implica viver em retidão moral, de maneira irrepreensível e inculpável no meio de uma geração perversa e corrompida (Fp 2.15; Cl 1.22; 1Ts 2.10).

**CONCLUSÃO**

Ainda hoje há quem interprete erroneamente a doutrina bíblica “pela graça e pela fé somente” da sola gracia, sola fide. Essa doutrina, porém, mostra que não somos servos da lei, mas servos voluntários de Cristo. Somos livres do pecado para servir à justiça de Deus (Rm 6.18). A salvação pela graça não nos exime de compromissos com Deus, com a Palavra e com a Igreja. Devemos ter muito cuidado, pois o abuso da liberdade cristã leva o cristão à libertinagem.

Evangelista Isaias Silva de Jesus

Igreja Evangélica Assembléia de Deus Ministério Belém Em

Dourados – MS

Lição Bíblicas 2º. Trimestre 1998 - CPAD